A panacéia da “globalização”

Juliano Pires Godoy¹

Qualquer pessoa que abra os jornais hoje em dia vai se deparar com uma série de fatos que acontecem no mundo: desemprego alarmante, fusões de empresas, vulnerabilidade dos países às turbulências externas, desregulamentação dos mercados, crescimentos dos fluxos internacionais (tanto financeiros quanto de bens e serviços), organização dos negócios por empresas ditas “transnacionais”, redução paulatina do *Welfare State*, privatizações, integração dos mercados nacionais, etc.

A resposta para todos esses fatos vem imediata e quase em uníssono: “é tudo decorrência da ‘globalização’, ela é inexorável, precisamos nos adaptar...”. Esse discurso, que permeia o imaginário social (desde o Presidente da República do Brasil até qualquer conversa na fila do banco) ocupa cada vez mais espaço na mídia e no debate intelectual entre pensadores do mundo inteiro.

A “globalização” é apresentada como o remédio para todos os males da economia mundial por uma corrente teórica denominada de neoliberal. Para esta corrente, os acontecimentos atuais são apenas parte de uma transição que conduzirá o mundo a um crescimento e uma prosperidade econômica bastante satisfatórios. Por outro lado, há aqueles que acreditam que o fenômeno terá efeitos maléficos para a sociedade como um todo. Para estes, a “globalização” também é a resposta para tudo de negativo que acontece, como por exemplo, o alto índice de desemprego e os choques externos.

Mas, a “globalização” é um fenômeno realmente novo? O que é fato e o que é mito nessa discussão? Seria ela realmente inexorável? A

(1) Graduando – 3º ano. (UNICAMP. Instituto de Economia).

“globalização” é mesmo o remédio para todos os nossos males ou a justificativa de todos os nossos problemas? Ou seria apenas um flerte ideológico? Nas palavras do economista John Kenneth Galbraith:

“Globalização não é um conceito sério. Nós, os americanos, o inventamos para dissimular a nossa política de entrada econômica nos outros países.”

Obviamente, esse artigo não tem a ambição de responder a todas essas perguntas. Contudo, pretendemos pincelar alguns argumentos e “estilizar” o debate para facilitar sua compreensão.

Iniciaremos fazendo uma divisão simplificadora das principais correntes teóricas que predominam o debate atualmente: os (neo)liberais, os pessimistas e os céticos.

1 “O ônus de provar é de quem alega”

Os neoliberais afirmam que a integração dos mercados é inevitável, além de benéfica, e que o Estado estaria perdendo importância no que tange a sua capacidade de intervenção no funcionamento normal do mercado. Para eles, a “globalização” seria apenas um período de ajuste para que a economia volte a ter a liberdade possuída em fins do século XIX e que foi interrompida pelas duas grandes guerras e pelo processo de reconstrução mundial. Essa etapa de ajuste, eles reconhecem, pode ser dolorosa, mas passada essa fase, abrir-se-ão as portas para um futuro brilhante que beneficiará a todos.

Segundo esta visão, “a volatilidade faz parte dos ‘custos’ de um processo de globalização financeira que traz enormes benefícios. Seguindo a concepção tradicional liberal, o mercado é visto como um ‘alocador ótimo’, no sentido de permitir aplicações onde o capital seja o mais produtivo possível. Os liberais vão além e argumentam que o mercado financeiro internacional crescentemente globalizado também funciona como um ‘justiceiro ótimo’. Isso significa, simplesmente, que os governos ‘bem-comportados’ são premiados com entrada maciça de capitais, enquanto governos ‘mal-comportados’ são punidos com saídas extraordinárias ou fuga

de capitais. A volatilidade reflete, assim, a rapidez na premiação ou punição via mercados” (Gonçalves et al. 1998: 160).

Os defensores da “globalização” apregoam que é necessário se adaptar para a competição em escala global. Essa adaptação pressupõe que a liberalização e a desregulamentação sejam levadas a cabo, que as empresas tenham absoluta liberdade de movimentos e que todos os campos da vida social, sem exceção, sejam submetidos à valorização do capital privado. Este é o tema central do recente estudo da OCDE sobre a questão do emprego:

“Num mundo caracterizado pela multiplicação de novas tecnologias, a globalização e a intensa concorrência que se exerce em nível nacional e internacional, mostra-se essencial a adaptação aos modos de produção e intercâmbio que estão surgindo” – “uma vez que os efeitos benéficos potenciais são talvez até maiores do que os que resultaram da abertura das economias depois da Segunda Guerra Mundial” (apud Chesnais, 1996: 25)

Desse modo, eles concluem dizendo que o mundo passará por um processo de crescimento acelerado e que a verdadeira economia global é aquela dominada pelas firmas transnacionais e instituições financeiras, operando nos mercados mundiais independentemente de fronteiras nacionais, objetivos de políticas nacionais e coação de economias domésticas no sentido de dificultar a livre mobilidade de capitais e mercadorias (Bryant, 1980).

2 Descrença e pessimismo

Algumas pessoas, porém, analisando o atual cenário da economia mundial, pregam que a “globalização” poderá ter uma conseqüência trágica para a humanidade. Isto porque o mundo apresenta hoje taxas de crescimento do PIB muito baixas, inclusive em países que desempenharam o papel de “locomotiva” junto ao resto da economia mundial; conjuntura mundial extremamente instável, marcada por sobressaltos monetários e financeiros; alto nível de desemprego estrutural; marginalização de regiões inteiras em relação ao sistema de trocas e uma concorrência internacional

cada vez mais intensa geradora de sérios conflitos comerciais entre as grandes potências da Tríade.

François Chesnais, um dos maiores expoentes dessa linha teórica, crê que se faz hoje um uso apologético do termo. Ele, assim como os liberais, enxerga que o mundo atual passa por transformações radicais. Porém, ao contrário dos ideólogos neoliberais, Chesnais acredita que o resultado final deste processo será extremamente perverso para a humanidade como um todo. A presente etapa de transformação é altamente concentradora de renda e excludente, sobretudo nos países subdesenvolvidos.

“A perda, para a esmagadora maioria dos países capitalistas, de boa parte de sua capacidade de conduzir um desenvolvimento parcialmente autocentrado e independente; o desaparecimento de certa especificidade dos mercados nacionais e a destruição, para muitos Estados, da possibilidade de levar adiante políticas próprias, não são *consequência mecânica* da globalização, intervindo como processo ‘externo’, sempre mais coercitivo, impondo a cada país, a seus partidários e a seus governos uma determinada linha de conduta. Sem a intervenção política ativa dos governos Thatcher e Reagan, e também do conjunto dos governos que aceitaram não resistir a eles, e sem a implementação de políticas de desregulamentação, de privatização e de liberação do comércio, o capital financeiro internacional e os grandes grupos multinacionais não teriam podido destruir *tão depressa e tão radicalmente* os entraves e freios à liberdade deles de se expandirem à vontade e de explorarem os recursos econômicos, humanos e naturais, onde lhes for conveniente” (Chesnais, 1996: 34).

3 Desvendando os mitos

As duas correntes teóricas supracitadas acreditam que a “globalização” representa uma nova etapa, decorrente de um novo regime mundial de acumulação, cujo funcionamento dependeria das prioridades do capital privado altamente concentrado. Entretanto, resta ainda uma terceira via, a que acredita que o fenômeno não seria nada mais que uma nova “virada”, não totalmente inédita nem irreversível, dentre as muitas que estariam a marcar a história recente do capitalismo.

Esta linha, denominada de cética, não nega a ocorrência de um forte aumento nas transações internacionais, especialmente no terreno financeiro.

Todavia, dizem estar havendo grande exagero e mistificação quanto ao alcance do processo de expansão das atividades econômicas internacionais nessas décadas finais do século XX.

Algumas das várias “conseqüências da globalização” tais como integração do mercado mundial; grande nível de comércio internacional; livre mobilidade de capitais; grande mobilidade no mercado de trabalho; já eram relatadas por Keynes em seu livro publicado em 1919 denominado “Conseqüências econômicas da paz” (Keynes, 1919).

Bem, o comércio internacional nunca foi novidade. O problema é que existem pessoas que vão a um supermercado francês no Brasil, compram um queijo dinamarquês ou uma batata frita norte-americana e acham que isto é a “globalização” da economia. Ora, o comércio entre nações já existia, por exemplo, desde quando Marco Polo foi buscar macarrão na China.

Quanto ao fluxo de trabalhadores, a constatação empírica é um contraste notável com a “economia global” e “sem fronteiras” apregoadas hoje. Para constatar isto, basta citar a vigilância frenética que os americanos mantêm na sua fronteira com o México e as severas restrições que os imigrantes originários da América Latina, Ásia e África sofrem para entrar no mundo desenvolvido. O argumento é que o fluxo de imigração era bem mais intenso no período anterior à Primeira Guerra Mundial.

Resta ainda o fluxo de capitais financeiros que, em muitos aspectos (e.g., exportações líquidas de capital em relação ao PIB e estoque de créditos contra o exterior), é menor do que o observado antes de 1914. Os arautos da “globalização” apregoam que o aumento do fluxo de capitais financeiros é derivado também da maior velocidade de informações. Porém, segundo Hirst & Thompson:

“se os teóricos da ‘globalização’ querem dizer que nós temos uma economia na qual cada parte do mundo é ligada por mercados partilhando informações próximas ao tempo real, então isto começou não em 1970 mas em 1870” (Hirst & Thompson, 1996: 9-10).

4 “A gosto do freguês”

Para ilustrar toda essa miscelânea que é feita em relação ao uso do termo, e que ele é empregado com pouco rigor, submeteremos alguns fenômenos atuais para serem interpretados à luz das diferentes correntes teóricas.

Os mais decantados efeitos da “globalização” estão no binômio: perda de autonomia dos Estados Nacionais, fluxo internacional de capitais. Se partirmos do pressuposto de que realmente o Estado Nacional está perdendo seu poder de intervenção na economia, então podemos analisar o fato sob duas óticas.

A neoliberal acredita que esta perda de autonomia, no sentido de dificultar sua intervenção no funcionamento normal do mercado, é altamente eficaz. Isto porque, segundo eles, o Estado deveria atuar fundamentalmente na definição e proteção dos direitos de propriedade do sistema de leis e contratos, na garantia da segurança interna e externa do país e na defesa da estabilidade do padrão monetário. Para além disso, os governos deveriam, no máximo, proporcionar educação básica, uma rede mínima de proteção social e alguns investimentos de infra-estrutura. Todo o restante seria controlado pelo “mercado”.

De outro modo, os pessimistas enxergam que este esvaziamento do Estado Nacional é extremamente ruim. Isto porque ele perderia sua capacidade de definição da política e dos interesses internos, ficando subordinados às determinações estipuladas pela Tríade ou por algum organismo supranacional. Assim, os países tendem a ser cada vez mais dependentes da reação exógena e aumentará ainda mais o fosso existente entre os países desenvolvidos e os subdesenvolvidos.

Contudo, há aqueles (como o professor Paulo Nogueira Batista Júnior) que acreditam que o declínio do Estado é um mito. Em seu argumento, ele diz que a participação dos gastos do governo em relação ao PIB (nos países desenvolvidos) vêm aumentando de 1980 para cá. Ele afirma também que, mesmo no setor financeiro, o papel do Estado continua crucial. O funcionamento dos mercados financeiros domésticos e internacionais continua dependendo decisivamente da atuação dos Estados Nacionais no

campo regulatório ou como emprestadores de última instância em momentos de crise financeira (Batista Jr., 1997).

No que diz respeito ao fluxo internacional de capitais, os neoliberais diriam que o aumento do fluxo é benéfico; a economia voltaria a ter a liberdade anterior à Primeira Guerra Mundial e interrompida pelas guerras e pelo “período Keynesiano de intervencionismo estatal”. Eles vão além e dizem que “governos bem comportados serão recompensados com ingresso maciço de capital”. Assim, passado este período atual de ajuste, haveria uma convergência produtiva em escala internacional.

Já os pessimistas alertam para o aspecto excludente do fluxo de capitais, que tenderia a se concentrar na Tríade, deixando de lado os países periféricos (o que se dirá então da América Central e da África...). Além do mais, esse intenso movimento dos capitais proporcionaria um cenário perfeito para crises e abalos monetários, aos quais não se pode responder com instrumentos tradicionais de política monetária e cambial.

Todavia, os céticos pedem um pouco mais de reflexão histórica e que se observem melhor os dados disponíveis. Descobrir-se-á que a intensidade dos fluxos (anteriormente citados) é menor do que no século XIX. Naquela época, assim como nas décadas recentes, os fluxos financeiros cresceram mais que o comércio e a produção. Restrições formais ao fluxo de capital eram praticamente inexistentes e a estabilidade cambial entre as economias mais avançadas, propiciada pelo padrão-ouro, favorecia a integração dos mercados financeiros.

5 Alice num mundo “globalizado”

No decorrer deste artigo procurou-se demonstrar como a discussão sobre “globalização” pode se tornar incompreensível, tal qual uma conversa entre um cego e um surdo-mudo.

É bom deixar claro que o presente artigo nunca teve por objetivo conceituar “corretamente” o termo “globalização” (se é que isto é factível).

A intenção foi resgatar o debate e mostrar que hoje o termo é usado, muitas vezes, sem uma reflexão adequada, ou sem um certo rigor teórico, servindo assim como uma panacéia. Aproveita-se da amplitude do termo para justificar todos os movimentos da economia mundial contemporânea, sejam eles bons ou ruins, dependendo do ângulo de que se faça a análise.

Finalmente, há um diálogo entre Alice e Humpty-Dumpty (Carroll, 1977) que, creio eu, ilustra bem o uso atual que é feito do termo “globalização”:

(...) – “Quando uso uma palavra – disse Humpty-Dumpty em tom escarinho – ela significa exatamente aquilo que eu quero que ela signifique... nem mais, nem menos.

– A questão – ponderou Alice – é saber se o senhor pode fazer as palavras dizerem coisas diferentes.

– A questão – replicou Humpty-Dumpty – é saber quem é que manda. É só isso.”

Bibliografia

- BATISTA Jr., P. N. Mitos da globalização. *Estudos Avançados*, n. 52, 1997.
- BRYANT, R. *Money and monetary policy in interdependent nations*. Washington, DC: Brookings Institution, 1980.
- CARROLL, L. *Alice através do espelho e o que Alice encontrou lá*. Rio de Janeiro: Ed. Fontana, 1977.
- CHESNAIS, F. A ‘globalização’ e o curso do capital de fim de século. *Economia e Sociedade*, Campinas, n. 5, 1995.
- _____. *A mundialização do capital*. São Paulo: Ed. Xamã, 1996.
- GONÇALVES, R. et al. *A nova economia internacional – uma perspectiva brasileira*. Rio de Janeiro: Campus, 1998.
- HIRST, P., THOMPSON, G. *Globalization in question; the international economy and the possibilities of governance*. Cambridge, UK: Polity Press, 1996.
- KEYNES, J. M. *The economic consequences of peace*. 1. ed. 1919.
- PLIHON, D. A ascensão das finanças especulativas. *Economia e Sociedade*, Campinas, n. 5, 1995.